



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**2ª PROMOTORIA DO MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO URBANO**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de janeiro de 2015, neste município e comarca de Fortaleza, no edifício anexo da Procuradoria Geral de Justiça, na sala da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano, onde presente se achava o Dr. JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO, Promotor de Justiça, titular da 2ª Promotoria do Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Fortaleza, às 09h11 (nove horas e onze minutos), aí compareceu o Sr. **FRANCISCO RONILDO CAVALCANTE LEITE**, brasileiro, RG nº 93020002084 - SSPDS-CE, inscrito no CPF sob o nº 203.462.393-20, na qualidade de representante legal da empresa **BAR E RESTAURANTE TEMPERO DO BEM LTDA – ME** (nome fantasia: TEMPERO DO BEM), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 16.800.485/0001-38, situado na Rua Valdir Bezerra, 100, Fortaleza-CE, doravante denominado **Compromissário**, que informa conhecer a reclamação oferecida nesta 2.ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano da Comarca da Capital, de n.º **21964/2012-5** que trata de denúncia de **poluição sonora, poluição hídrica e inadequação às normas de Lei e Uso de Ocupação do Solo** pelo estabelecimento reclamado e pretendendo ajustar-se aos mandamentos legais sem necessidade de instauração de procedimento administrativo e/ou ajuizamento da ação civil pública de que trata a Lei Federal n.º 7.347, de 24 de julho de 1985, para firmar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, em verdade título extrajudicial, de conformidade com o disposto no parágrafo 6.º do art. 5.º, da Lei Federal, 7347/85, e art. 585, incisos III e VII, do CPC, nas seguintes condições:

**Cláusula Primeira** – O **Compromissário**, na qualidade de responsável legal pelo estabelecimento reclamado, compromete-se com o Ministério Público Estadual: **a)** a apresentar perante esta Promotoria de Justiça, no **prazo de 90 (noventa) dias**, a contar da celebração deste instrumento, cópia da Licença de Operação (Licença Ambiental) emitida pela Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA e cópia de Alvará de Funcionamento emitido pela Secretaria Executiva Regional competente; **b)** a desativar a empresa do local no prazo de 1 (um) ano, a contar da celebração do presente instrumento, caso não apresente a documentação acima referida no item “a” no prazo fixado; e **c)** a **não produzir nem permitir, em sua área de domínio, qualquer tipo de poluição, especialmente sonora e hídrica**, tomando medidas necessárias a não emissão de níveis de pressão sonora acima dos legalmente permitidos e a não realização de despejos indevidos.





**Parágrafo Primeiro** – A presente obrigação deverá constar obrigatoriamente como cláusula vinculante em eventual futuro empréstimo, cessão de uso ou arrendamento do imóvel do **Compromissário**, transferindo a obrigação constante do presente título de modo a ser obtida idêntica adequação de conduta por parte de terceiros, cessionários e arrendatários.

**Cláusula Segunda** – O presente título executivo não inibirá nem restringirá, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições legais e regulamentares.

**Parágrafo Único** – O presente título executivo não eximirá o **Compromissário** de eventual responsabilidade penal por produção de Poluição sonora, hídrica ou outro ilícito ambiental e/ou urbanístico.

**Cláusula Terceira** - O descumprimento ou violação de qualquer dos compromissos ora assumidos implicará, a título de cláusula penal, o pagamento de multa diária correspondente a **R\$ 800,00 (oitocentos reais)**, exigíveis enquanto perdurar a violação;

**Cláusula Quarta** – O descumprimento de qualquer das obrigações assumidas implicará a sujeição do **Compromissário** às medidas judiciais cabíveis, incluindo execução específica na forma estatuída no parágrafo 6.º do art. 5.º, da Lei Federal n.º 73.47/85 e incisos II e VII, do art. 585, do CPC.

**Cláusula Quinta** - A fiscalização do cumprimento do compromisso ora firmado será realizada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA e pelas Secretarias Executivas Regionais, segundo as respectivas competências, ou outro órgão ambiental.

**Cláusula Sexta** - A celebração deste TERMO de COMPROMISSO e AJUSTAMENTO de CONDUTA não impede que um novo termo seja firmado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO e o **COMPROMISSÁRIO**, desde que mais vantajoso para o meio ambiente e submetido à prévia apreciação do Conselho Superior do Ministério Público.


**Cláusula Sétima** - O MINISTÉRIO PÚBLICO, através da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano, poderá, diante de novas informações ou se as circunstâncias assim o exigirem, retificar ou complementar o presente compromisso, determinando outras providências que se fizerem necessárias, e dando prosseguimento ao procedimento administrativo, mediante prévia apreciação do Conselho Superior do Ministério Público.

**Cláusula Oitava** - Este Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta produzirá efeitos legais depois de homologado perante o conselho Superior do Ministério Público.



**Cláusula Nona** - Fica consignado que os valores eventualmente desembolsados deverão ser revertidos em benefício do FUNDO de DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO ESTADO DO CEARÁ - FDID.

Nada mais havendo a tratar, o Promotor de Justiça ordenou que se encerrasse o presente termo de compromisso de ajustamento, impresso em 3 (três) vias, o que foi feito na forma e observadas às formalidades legais. Do que, para constar, lavrei o presente que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes compromissárias e pelas testemunhas adiante assinadas. Eu, André Manuel Peixoto Frota Queiroz – Analista Ministerial – Direito, o digitei.

  
**JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO**  
PROMOTOR DE JUSTIÇA

  
**FRANCISCO RONILDO CAVALCANTE LEITE**

Representante legal do **BAR E RESTAURANTE TEMPERO DO BEM LTDA – ME** (nome fantasia: TEMPERO DO BEM), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 16.800.485/0001-38

TESTEMUNHAS:

*[Handwritten signatures and notes]*  
- *[Signature]* - R6 *[Signature]*